

O presente trabalho é referente à análise de conteúdo das decisões proferidas pelos principais Tribunais de Justiça dos estados brasileiros do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Rio de Janeiro e São Paulo, e dos Tribunais Superiores entre os anos 2006-2011 a respeito de temas controversos previstos pela Lei Maria da Penha. A pesquisa foi realizada entre os anos 2009-2011. Analisou-se com base nos temas polêmicos. São eles: a inconstitucionalidade da lei; a aplicação da Suspensão Condicional do Processo prevista na lei dos juizados especiais e a possibilidade de renúncia ou retratação à representação pela vítima. A pesquisa mostra uma grande diversidade de entendimento no judiciário a respeito da aplicação das novas previsões legais. Através do levantamento da jurisprudência dos tribunais, foi possível identificar as principais tendências interpretativas que vem moldando a aplicação da Lei 11.340/2006 no âmbito do poder judiciário brasileiro, e os argumentos utilizados para sustentar as decisões.